

Para Joaquim Alves de Aguiar, o Juca.

Este ensaio deverá fazer parte da edição de *Casa Grande & Senzala* organizada por Edson Nery da Fonseca, Enrique Larreta e Guillermo Giucci para a Coleção Archives de Paris.

ANTONIO DIMAS
é professor do
Departamento de
Literatura Brasileira da
FFLCH-USP.

Barco de proa dupla



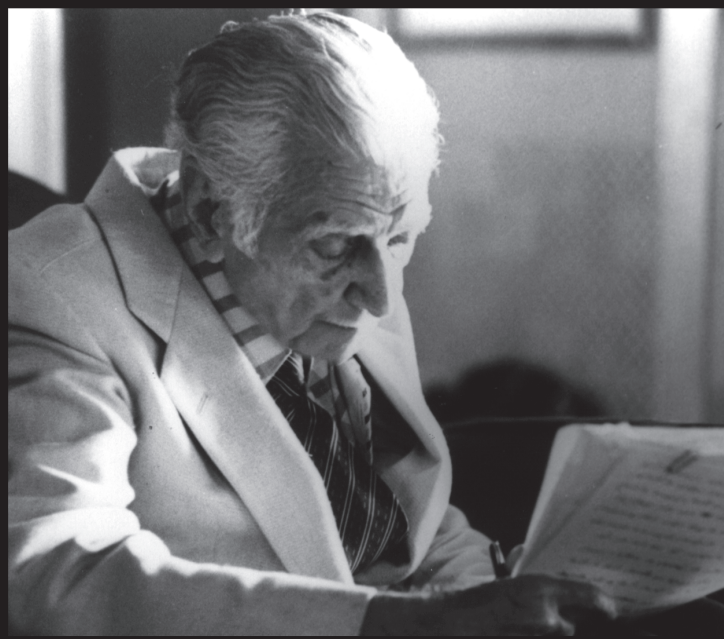
ada um no seu canto, olhando-se de canto. A desconfiança era recíproca. Sempre se viram a distância, mesmo quando perto um do outro, o que muito pouco aconteceu. Seguravam sua admiração recíproca, mas, no fundo, sabiam-se embarcados em projeto comum, ainda que em tombadilhos diferentes. Em momentos diferentes e dessincronizados, ora aventuravam-se pelo mar largo de praias distantes, ora recolhiam-se à cata das pérolas em praias mais próximas. Se o paulista acusava o pernambucano de falta de método, que se convertesse este pecado em virtude, que atíça a imaginação. Se o pernambucano não perdoava no paulista seu artificialismo e sua pose, que disso se fizesse incentivo à especulação intelectual. Em vidas paralelas que ora se aproximavam, ora se afastavam, ora ainda invertiam o curso de modo simétrico, mas ainda lado a lado, esses dois intelectuais criaram e lideraram núcleos de reflexão, cujos efeitos ainda se desdobram até hoje, tantos anos depois. A favor ou contra, ainda se desdobram.

Embora se mirassem a distância e mal se digerissem em termos pessoais, um não negava ao outro, em meio a alfinetadas mútuas, o reconhecimento de uma tarefa ambiciosa, mesmo que através de abordagens distintas: a de avaliar a cultura do país em que ambos viveram a todo vapor, na primeira metade do século XX.

Mário e Gilberto palmilharam sempre o mesmo chão, por caminhos diversos e com bússolas diferentes, no entanto. Através dos dois, o Brasil, seu objeto comum, ora foi contemplado em dimensão regional e fragmentada, ora foi apreciado e projeta-

do numa escala cosmopolita e unitária. Visões tensas e adversas entre si, é claro, mas complementares e nunca excludentes ou irreconciliáveis. Como complementar parece ter sido a formação e a personalidade intelectual dos dois, o que ainda requer reflexão mais demorada e extensa. Sedentário, um; itinerante, o outro. A origem e a formação católica de um opunham-se às raízes protestantes do outro. O pendor para a música, setor em que o paulista se profissionalizou, foi contrabalançado pela inclinação ao desenho em que o pernambucano nunca foi além do amadorismo. Cronistas de jornal os dois, fizeram da crônica extenso laboratório de ensaio intelectual, ao mesmo tempo em que disseminavam, com generosidade e de modo atraente, a informação variada, levemente crítica e com traço documental, resultante de suas viagens de formação. Delas manaram livros com títulos parecidos: um chamou-o de *O Turista Aprendiz*; o outro, de *Tempo de Aprendiz*. No início da carreira, Mário pautou-se pelas referências francesas e praticou a poesia da fraternidade unanimista, escorado em Verhaeren e Jules Romain; Gilberto preferiu os norte-americanos e os ingleses, encantando-se com as experiências do Imagismo, propostas por Amy Lowell e Ezra Pound. Aquele embrenhou-se pelo país, meio a contragosto, para melhor compreendê-lo e ensiná-lo; Gilberto viajava, com alegria, por Oropa, França e Bahia, sempre de olho no Brasil, que lhe mereceu aulas inesquecíveis. Este defendeu o regionalismo, de forma intransigente; aquele rejeitou-o, de forma também intransigente. Mário preferia a discrição do gabinete, a vida particular protegida e o contacto epistolar; Gilberto apreciava a

Gilberto Freyre



Mário de Andrade

sociabilidade extensa, encantava-se com o reconhecimento público e tendia para o contacto ao vivo. Mário zelava pelas cartas, organizando-as, classificando-as, arquivando-as e delas fazendo instrumento didático e material para construção da imagem intelectual póstuma; Gilberto apenas as lia e as respondia, vez ou outra. Mário era professor; Gilberto era conferencista.

Tanto um como outro tiveram em Paulo Prado uma espécie de referência mundana e intelectual obrigatória. Gilberto atribuiu-lhe uma das raízes de sua investigação histórica sobre o povo brasileiro; Mário dedicou-lhe *Macunaíma*, resposta possível à indagação sobre o carácter deste povo. Enquanto o pernambucano, afundando-se no Tempo, decompunha o todo para se fixar na parte, o paulista, vasculhando o Espaço, montava um painel com peças de procedência vária. Ambos, no entanto, reconhecem a origem alemã de suas inquisições: Gilberto não se cansa de mencionar Franz Boas como um dos professores que mais o marcaram; Mário faz questão de reconhecer Koch-Grümbert como a ponta de seu novelo macunaímico. Porém, enquanto um insistia na contribuição do negro para a nossa cultura, o outro valorizava o índio espertalhão como nossa possível ascendência. Negra ou indígena, não importa, o que importa é que ambos estão articulados na prospecção da cosmogonia brasílica, de que resultou um texto indiretamente literário, no caso de Gilberto; indiretamente etnográfico, no caso de Mário. Com um livro sociológico, Gilberto deslizou para a literatura; com um outro ficcional, Mário beirou a etnografia. Cada um, a seu modo, deslocando um pouco o branco europeu do centro de nossas atenções e subtraindo-lhe o acúmulo de créditos com os quais, durante anos, se regalara.

Nada mais sintomático dessa complementaridade, ora convergente, ora divergente, que o breve encontro de Mário com Gilberto, no Recife, décadas atrás. O mesmo passeio, comentado por um e por outro, ilustra bem a diversidade de temperamentos, de percepções e de visões, ainda que repartissem, literalmente, o mesmo barco.

Em 11 de dezembro de 1928, encontraram-se Mário de Andrade e Gilberto Freyre no Recife, sob as vistas de Manuel Bandeira.

Entre novembro de 1928 e fevereiro de 1929, Mário fez sua segunda expedição ao norte do Brasil, detendo-se, dessa vez, apenas no Nordeste. Das duas viagens que empreendeu, deixou ele registros, hoje recolhidos em *O Turista Aprendiz*, volume organizado por Telê Porto Ancona Lopez (1). Manuel Bandeira, por sua vez, partira também em novembro de 28 para o Recife, a convite de Gilberto Freyre, que lhe arranjara “uma inspetoria de bancas examinadoras”, segundo carta sua a Mário (2). Quanto a Gilberto, seu depoimento sobre o encontro pode ser lido em livro que homenageia os cinquenta anos do poeta de “Evocação do Recife” ou em *Perfil de Euclides e Outros Perfis* (3).

Começemos pelo depoimento de Mário.

Em 1976, ao editar *O Turista Aprendiz*, pela primeira vez, Telê P. A. Lopez manteve o título dado por Mário, bem como a autonomia das partes. Isto é, depois das crônicas formalizadas, tal como haviam aparecido no *Diário Nacional*, a organizadora anexou as *Notas de Viagem*, apontamentos manuscritos que Mário conservou junto com os originais de um livro que nunca passou de projeto.

Graças a essa duplicidade, estamos, portanto, diante de duas modalidades de texto, duas versões da mesma viagem: uma pública e externa; uma outra, pessoal e particular. Em princípio, públicas são as crônicas que o *Diário Nacional* estampou, entre dezembro de 1928 e março de 1929. Privados são os apontamentos de Mário que, anos mais tarde, a pesquisa foi recuperar lá “dentro da capa feita com papel de rascunho que leva a indicação do autor [Mário de Andrade] manuscrita a lápis: ‘Notas de viagem ao Nordeste’: registros de 28 nov., 1928 e 24 fev. 1929” (4).

Tal distinção é importante não só porque revela o zelo informativo do viajante seletivo, como também expõe um dado curioso e intrigante das relações entre Mário e Gilberto.

1 Mário de Andrade, *O Turista Aprendiz*, estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez, São Paulo, Livraria Duas Cidades/SCCT, 1976.

2 A rica correspondência entre Mário e Bandeira viu-se ainda mais enriquecida, há pouco tempo, com a dissertação de mestrado de Marcos Antonio Moraes: *Diálogo Epistolar*, edição da correspondência Mário de Andrade/Manuel Bandeira, 3 vols., São Paulo, USP-FFLCH, 1997. Carregada de fartas notas elucidativas, essa edição cruza a correspondência dos dois poetas, oferecendo ao público, pela primeira vez, as cartas de Bandeira. A carta em que Bandeira comunica a Mário sua viagem ao Recife data de 9/nov./1928 e está no vol. 2, p. 163.

3 *Homenagem a Manuel Bandeira*, Rio de Janeiro, s. l., 1936. Consulte a edição fac-similar (São Paulo/Rio de Janeiro, Metal Leve/Sociedade Sousa da Silveira/Instituto de Letras da UFF, 1986), em que Gilberto Freyre contribui com artigo sobre “Manuel Bandeira e o Recife”, nas pp. 87-92. Esse mesmo artigo, com o título de “Manuel Bandeira, Recifense”, Gilberto republica em *Perfil de Euclides e Outros Perfis* (Rio de Janeiro, J. Olympio, 1944. pp. 175-81).

4 *O Turista Aprendiz*, op. cit., p. 341.

São duas as entradas referentes ao Recife, no dia 11 de dezembro de 1928, em *O Turista Aprendiz* (5).

Na primeira, defrontamo-nos com um texto elaborado, em dupla perspectiva. Numa primeira tomada, de caráter panorâmico, Mário enfoca o vilarejo de Igarauçu como se fosse um quadro primitivo, em que é forte o contraste de cores, a insistência nos diminutivos, a simpatia pelo despojado e em que se abre espaço para acolher a voz simples da “velha guardiã” da igreja, “mulata gasta e aprendida, falando que nem whisky com água-de-coco” (6). Frente àquele povoado que mais parece um presépio, Mário de Andrade simula modéstia ou desfaz-se no anonimato, recusando a primeira pessoa verbal e escondendo-se atrás de indefinidos substantivos com semântica coletiva. Assim é que esse narrador se encanta com as casinhas humildes em cujos frontões surpreende rosetas, florões ou passarinhos, “boas da gente estudar com descanso”. Em seguida, perambulando pelas ruas da vila, “a gente desemboca, num passado evocador e segue mais ou menos assustado por aquelas ladeiras, ruas tortas, praças ocasionais, nascidas duma fantasia de arruamento, bem de gente com vagar”. Ou detém-se diante da igreja matriz de S. Cosme e S. Damião, sem valor arquitetônico, que faz a “gente perde[r] tempo nela quase que só por delicadeza” (7).

Quando o foco abandona o geral e se estreita sobre o particular do extraordinário convento de São Francisco, entretanto, o narrador renuncia à modéstia do popular “a gente”, agarra-se à primeira pessoa do singular e adere ao discurso com viés técnico, mesmo fingindo incompetência para apreciar o componente anedótico dos azulejos do claustro:

“O claustro é um carinho, a estante e os próprios móveis do coro, com o jacarandá pretejado, são coisas sem preço. Os azulejos da igreja contam em bom estado os milagres de São Francisco. Aliás tenho uma incapacidade vasta de observar o trabalho propriamente artístico do azulejo. O desenho, o caso que ele conta, careço de fazer

esforço pra observá-lo. O que vejo é mesmo o valor decorativo da matéria: uma coisa refletidamente festiva, rica, sóbria, solene. A gente enxerga mas é o azulejo, o conjunto e isso é um encanto. Está claro que assim, decorando o baixo das paredes, se o azulejo não fosse historiado perdia noventa por cento do poder plástico, porém aqueles cavaleiros, gentes, castelos, paisagens, passam dum quadro pra outro, movimentam o conjunto numa procissão estourada de festa, golpes de sino dentro da sensação” (8).

Nessa montagem textual, que veio a público em 3 de janeiro de 1929, através do *Diário Nacional*, um narrador atento ao popular e ao erudito bifurca-se e permite que essa bifurcação vaze através de escolhas pronominais, ajustadas aos objetos contemplados. Ora a simplicidade do vilarejo, que clama por um despojado “a gente”; ora a imponência de um convento que abriga “as pinturas, das melhores” (9).

Nas *Notas de Viagem*, por sua vez, desaparece o espanto de Mário frente ao convento. Nelas, o viajante apenas destaca a importância do convento, quando comparado com a irrelevância da igreja matriz de S. Cosme e S. Damião.

Mas o que importa mesmo no cotejo entre a crônica publicada e a nota reservada é a escolha adotada por Mário.

Na matéria pública no jornal, ao abolir a tarde, o cronista ganha espaço precioso e espicha a manhã, dentro da qual cabem tanto sua reconstituição *naïve* do vilarejo de Igarauçu, como os comentários de caráter técnico sobre o convento de S. Francisco. Com esse procedimento, Mário finge modéstia e enleia o leitor, porque, ao mesmo tempo em que demonstra simpatia pela simplicidade do vilarejo, deixa claro seu conhecimento técnico de arte religiosa, embora admitindo que sofra “uma incapacidade vasta de observar o trabalho propriamente artístico no azulejo” (10). No entanto, nessa mesma crônica, matéria pública que se destina à coletividade, que dela fará o uso que bem entender, naquele momento ou no futuro, Mário suprime as referências sobre seus encontros pessoais e omite que

5 As duas entradas estão nas páginas 221 e 347.

6 *O Turista Aprendiz*, op. cit., p. 221.

7 *Idem*, *ibidem*.

8 *Idem*, *ibidem*, p. 225.

9 *Idem*, *ibidem*.

10 *Idem*, *ibidem*.

na tarde daquele dia 11 de dezembro fora passear de barco pelo Capibaribe, na companhia de Manuel Bandeira e a convite de Gilberto Freyre. No jornal, Mário não conta que visitara Igarapé, de manhã, com Ascenso Ferreira, nem de seu passeio de barco, à tarde.

Na nota reservada, pelo contrário, o viajante aborda a manhã, a tarde e a noite daquele dia, deixando claro que não era de seu interesse a revelação, em público, de seus contactos pessoais, naquele momento.

Eis sua nota:

“Tarde M. Bandeira me busca no hotel e me leva a Gilberto Freyre, que nos oferece um passeio de lancha pelo Capibaribe, maravilhoso, com vista da cidade, depois dos arrabaldes, o da Madalena, com os velhos cais das vivendas das famílias ricas antigas, alguns deliciosos de monumentalidade simples, os coqueiros sempre espantados; que verei eu que cada vez que enxergo um coqueiro nordestino me espanto com a beleza dele? Passa um creio que forno de olaria tão perfeito nas proporções, tão exato no equilíbrio, que é um monumento nobre, sereno, duma grandeza que se poderá chamar de clássica na paisagem amável. Passa o arrabalde do Poço e a boca-da-noite se fecha apagando as sensações, escondendo-as. Voltamos numa conversa mais baixa, recontemplando em azul-negro de desenho, a paisagem colorida de já-hoje. Ao pé do gasômetro visões incendiadas de fornos se banham no rio. Aliás por todo o passeio homens, moços banhando no rio. Fazem porque a gente carece mesmo de tomar banho diário, porém banho de rio dá sempre sensação de pagode e a vista toda do Capibaribe esteve duma alegria magnífica. De-noite, Stella, Ascenso e eu vamos pra Olinda...” (11).

Subindo o rio, a caminho do interior, Mário esbanja alegria e só tem olhos para o equilíbrio da paisagem, que não se desmancha nem mesmo na viagem de volta, quando um ligeiro tom melancólico (e malicioso...) invade o cenário. Se, no começo do passeio, o que atrai o viajante é a

verticalidade dos coqueiros, a proporcionalidade do forno ou a monumentalidade das antigas casas-grandes, na descida do rio a euforia cede lugar a uma quietude, a que não falta leve desejo de intimidade, misturado com a noção de purificação pessoal. Mas tudo sempre banhado de prazer, de alegria, de bem-estar.

Mais tarde, em outra crônica para o jornal, a visão da cidade é diferente, menos plástica e mais adequada à imagem do intelectual que se quer crítico. No jornal, é nítida a visão antagônica que Mário oferece do Recife: de um lado, a cidade festiva, com muita música, muita igreja, muita luz, muita ilusão capaz de atrair o tabaréu ingênuo, maravilhado “com tanta moça na rua, se pegava nelas, íamos beber a monjopina pra depois dormir no amor. E os teatros, então!... Tudo fácil, médico, dinheiro, tudo fácil” (12). De outro, a expansão aplastada da pobreza e do inchaço urbano que destrói a imagem soberba do coqueiro e aniquila sua verticalidade imponente. “Hoje”, arremata Mário na crônica que veio a público em 4 de janeiro de 1929, “os mocambos são tão numerosos como os coqueiros. Alastram o tamanho da cidade grande, formando na barra dela, um babado de barro e folhas secas. Babado crespo não tem dúvida, mas babado bem triste, sujo de lama, sujo de gente do mangue... É triste de se ver... Nem é pitoresco não, é triste...” (13).

Essa oposição entre uma Recife sedutora e uma Recife pobre é bem menos eufórica que a visão da nota íntima, anos mais tarde recuperada pela pesquisa, e bem mais próxima daquela que Gilberto Freyre oferece em seu depoimento, quando relembra a presença de Manuel Bandeira na capital de Pernambuco.

Antes, porém, de comentar o depoimento de Gilberto Freyre, façamos um desvio necessário para esclarecer o papel do poeta pernambucano nesse encontro.

Era a segunda viagem de Bandeira ao Nordeste, depois que dali partira ainda menino. Nascido em 1886, Manuel Bandeira veio de vez para o Rio, na companhia de sua família, dez anos depois.

Por intermédio das inúmeras cartas que

11 Idem, *ibidem*, p. 347.

12 Idem, *ibidem*, p. 226.

13 Idem, *ibidem*.

trocou com Mário de Andrade, hoje recolhidas e generosamente anotadas por Marcos Antonio Moraes (14), é possível reconstituir com cuidado a primeira e segunda viagem ao Norte-Nordeste do Bandeira adulto, já com seus quarenta anos.

Entre janeiro e abril de 1927, Bandeira foi a Belém do Pará, com escalas na Bahia, onde se declara “apaixonadíssimo” pela cidade (15); em Recife, onde conhece Ascenso Ferreira (16), passeia com Gilberto Freyre e se apaixona por uns “coqueiros, magricelas com ar cansado de sujeito que andou muito e não tem onde sentar, [e que] deixam uma sombra tão gostosa” (17).

Bandeira e Gilberto já se conheciam havia algum tempo, desde quando o poeta publicara sua famosa “Evocação do Recife” no *Livro do Nordeste*, número comemorativo dos cem anos do *Diário de Pernambuco*, organizado por Gilberto Freyre, em 1925 (18). Datam de então a forte relação entre ambos e a função de *liaison*, que Bandeira acabou por assumir, na esquiwa relação entre Gilberto e Mário.

Poucos meses depois desse primeiro reencontro de Bandeira com suas origens, lá vai o poeta de novo para o Recife, a convite de Gilberto Freyre (19).

Nessa ocasião, novembro-dezembro de 1928, Mário de Andrade está em sua segunda viagem ao Nordeste, da qual nos deixou as crônicas e as notas de *O Turista Aprendiz*. Diferente da primeira, em que cobriu larga porção do Norte brasileiro, afundando-se pelos afluentes amazônicos e chegando até a fronteira do Peru e da Bolívia, em forquilha fluvial esgallhada a partir de Itacoatiara, essa segunda viagem de Mário, livre das formalidades sociais que lhe facilitaram a primeira, mas que também o embarçavam, teve cunho de especialização, de afunilamento e de confirmação de dados obtidos na viagem anterior, na medida em que pôde se dedicar apenas ao Nordeste, onde descreveu largo périplo costeiro e interiorano. Mais à vontade, Mário poderá desfrutar das companhias como bem entender, sem se preocupar com o tom cerimonioso que, na viagem anterior, a presença de várias senhoras finas aca-

bava por impor. Se, durante a primeira viagem, a companhia de d. Olívia Guedes Penteado, dama da alta aristocracia cafeeira paulista, abria portas rápidas à comitiva, era de se esperar que a conseqüência necessária fosse também um conjunto de formalidades tácitas que embarçassem a pesquisa livre e inibissem o comportamento pessoal do viajante curioso.

Nas duas passagens pelo Recife, durante a segunda viagem, em dezembro de 1928 e fevereiro de 1929, o viajante paulista mergulha na cidade como se disposto a não perder nenhum prazer intelectual, estético e pessoal. Desobrigado, portanto, de se espartilhar em regras por causa de acompanhantes do sexo oposto, Mário baixa as reservas e se solta na camaradagem alegre de Ascenso Ferreira, Hernani Braga, Cícero Dias, José Pinto e outros, sobretudo durante a escala de retorno a São Paulo, em fevereiro de 1929. No cardápio da pândega, reforçada pelos dias de Carnaval daquele ano, não falta nada, porque os fanfarrões, entre uma ressaca e outra, abasteciam-se e bem de muito álcool, cocaína, éter e de comilanças regionais (20). Até mesmo com um passeio de avião, o primeiro em sua vida, Mário pôde deliciar-se. Sua apreensão da cidade se dá, portanto, em grande angular, porque vai do rés do chão das igrejas às alturas que lhe propiciam “maravilha de sensações novas” (21).

Inteiramente “livre”, pois, “de protocolos e dono de seu tempo” (22), Mário embarca-se pela capital de Pernambuco, ora acompanhado por Bandeira, ora ciceroneado por Ascenso Ferreira, nunca perdendo de vista o prazer da pesquisa e muito menos o pessoal.

Dá-se, então, em dezembro de 28, o encontro de Gilberto, que convida Mário, que é levado por Bandeira, indo os três por alegre passeio de lancha, Capibaribe acima.

Depõe, então, Gilberto:

“Já o passeio de lancha que fizemos juntos uma tarde, pelo Capibaribe, Manuel Bandeira, Mario de Andrade e eu, não teve o mesmo gosto de reconciliação dramática do poeta [Bandeira] com o seu meio de

14 M. A. Moraes, *Diálogo Epistolar*, vol. 2, op. cit.

15 *idem*, *ibidem*, p. 76. Carta de 3/jan./1927.

16 *Idem*, *ibidem*, vol. 2, p. 78. Cartão-postal de 1/fev./1927.

17 *Idem*, *ibidem*, vol. 2, p. 79. Carta de 5/mar./1927.

18 Em carta de 21 de julho de 1925, Manuel Bandeira conta a Mário: “Eu andei fazendo uma ‘Evocação do Recife’ para o álbum comemorativo do centenário do *Diário de Pernambuco*. A pedido do Gilberto Freyre que é um rapaz inteligentíssimo de lá. Você conhece-o? Mandou a ele a *Escrava*? (M. A. Moraes, op. cit., vol. 2, p. 185). Cinco dias depois, Mário responde: “Não conheço o Gilberto Freyre e acho que não mandei meu livro pra ele” (*idem*, *ibidem*, vol. 2, p. 190).

19 M. A. Moraes, op. cit., vol. 2, p. 163. Carta de 9/nov./1928.

20 Ver *O Turista Aprendiz*, op. cit., pp. 364-8.

21 *Idem*, *ibidem*, p. 368.

22 *Idem*, *ibidem*, p. 20.

menino, que o instante em que ele se encontrou tarde da noite com o *Maracatu*. O gosto do Capiberibe lhe tinha ficado mais vivo nos olhos que o do *Maracatu* nos ouvidos. Não tinha havido afastamento tão profundo.

Todo o tempo que a lancha levou subindo o rio, até Caxangá, pensei em Manuel Bandeira, através de sua *Evocação do Recife*. E pensei no Recife de há trinta anos, de há quarenta, de há cinquenta, de há cem, em todos os Recifes que o rio viu nascer e morrer; em todos os Recifes que estão no poema de Manuel Bandeira. Aquele rio, aquela terra, aquela cidade, aquele poeta magro dentro da mesma lancha comigo e com Mario de Andrade, estavam ligados para sempre:

Capibaribe

Capiberibe

Vi nas margens verdes, saindo do meio dos cajueiros, da sombra das mangueiras, meninazinhas, meninos, muleques iguais aos que há quarenta anos brincavam de roda na Rua da União, quebravam os vidros da casa de D. Aninha Viegas, mangavam do pince-nez de Totônio Rodrigues; vi a própria D. Aninha Viegas (com outro nome, de certo) sentada numa cadeira de balanço num terraço de casa de beira do rio, tomando fresco; vi banheiros de palha tristonhos, negros lavando cavalos, muleques nadando na água suja onde já não tomam banho moças nuas como no tempo em que o poeta menino passou as festas em Caxangá e um dia:

Um dia vi uma moça nuinha no banho

Fiquei parado o coração batendo

Ela se riu.

Porque o Capibaribe é hoje um rio porco. Todos os rios da zona chamada da mata em Pernambuco são hoje uns rios porcos, onde as usinas de açúcar mijam, defecam, fazem as suas precisões; e o resto da gente que se dane. As moças bonitas desapareceram dos rios.

O poema de Bandeira está cheio de memórias de um outro Capiberibe, um Capiberibe íntimo das famílias. O que nós subimos naquela tarde era, como o de hoje, um rio cativo e desprezado, por onde quase ninguém passeia, para onde as casas e os

homens voltam as costas. O poeta o procurou como a um velho amigo, com qualidades permanentes, mesmo através do cativo. Os dois – o rio e o poeta – passaram uma tarde inteira juntos” (23).

Para Gilberto, subir o Capibaribe é o mesmo que remontar o tempo, desmontá-lo em décadas e desmentir o poeta que, a seu pedido, compusera “*Evocação do Recife*”, uns anos antes. No mesmo instante em que as visitas experimentavam o prazer de uma visão diferenciada do Recife, Gilberto encarregava-se de anular a idealização poética que Bandeira gravara em seus versos e reduzia a magia do Capibaribe à crua realidade de esgoto a céu aberto. Em clara demonstração de precoce empenho ecológico, Gilberto dramatiza a degradação do rio inerte, tornando-o objeto passivo de agentes ativos que nele se desafogam à vista de todos, sem pudor.

Objeto também público, além de passivo, o rio se infama, escancara sua intimidade, perde sua identidade, banaliza-se e permite que o tempo presente lhe destrua qualquer veleidade de decoro próprio. Vazio de identidade e de poesia, o cenário não se presta mais à preservação da memória que o poeta Bandeira, um dia, ali aninhara e que, para ele, funcionava como arrimo de longínqua identidade infantil. Identidade tão recolhida e tão pessoal que somente através de sua “*Evocação do Recife*” fora capaz de restaurar, preservar e defender, como confessa, em carta, a Mário de Andrade:

“Cheguei no Rio. Não gostei do Rio. Cadê o meu Recife, a rua da União, as rodas... Os brinquedos eram os mesmos mas com diferenças que me estragavam tudo. Os nomes eram outros. Nunca pude jogar o gude à moda daqui! E não haver midubim! – ‘Há sim, menino. Quando passar eu te chamo.’ Custou a passar na minha rua. Afinal um dia me chamaram: ‘– Lá vai o menino do amendoim!’ Voei pra porta da rua como uma flecha. Quando vi aqueles carocinhos torrados, tive uma decepção. Pus na boca mas cuspinhei. Nunca perdoei ao Rio aquela desilusão” (24).

23 *Homenagem a Manuel Bandeira*, pp. 91-2. Atualizei a ortografia.

24 M. A. Moraes, op. cit., vol. 1, p. 196. Carta de 19/ago./1925.

Se no contexto mais amplo da simbologia clássica afrontar a correnteza fluvial em direção à nascente significa o retorno à fonte divina e, por conseguinte, ao Princípio, como ensinam Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (25), não resta dúvida de que é nesta noção que está mergulhado Gilberto, quando, na companhia de suas visitas, lamenta que o tempo presente tenha danificado o seu Capibaribe a ponto de torná-lo hostil à convivência humana e à contemplação da nudez feminina, mesmo que imaginária. Subilo em direção à nascente, retrocedendo no tempo e anulando o presente, talvez fosse expediente para recuperação de uma realidade histórica muito viva que, anos depois, seu monumental e poético *Casa Grande & Senzala* viria sugerir. Aliás, essa identificação do Capibaribe com a morte já lhe ocorrera assim que chegara de volta de sua longa permanência no exterior, entre 1918 e 1923. Enfrentando a cidade, logo que desembarca, sua primeiríssima anotação em terras de Pernambuco, registrada em “diário de adolescência e primeira mocidade”, não deixa margem à dúvida:

“Por outro lado, o rio não me desaponta. Não é nenhum riacho: é um rio másculo, viril, completo, que não se amesquinhou com o tempo. Ao contrário: sinto diante dele meu velho temor às suas águas. Temor do tempo em que, muito menino, tomava banho em Caxangá, em vasto banheiro de palha, com minha Mãe e minhas tias todas nuas; e tendo sido uma vez deixado só, por elas, e não sei bem por quê [sic], no meio da água funda, pensara ir morrer afogado. Chegara a me sentir sufocado. Desde então ‘o rio’ se tornara para mim a mais tremenda realidade recifense: um Recife com gosto de morte” (26).

Em oposição diametral a esse “gosto de morte”, Mário detecta nas beiradas do rio uma fonte de vida, uma “paisagem amável”, onde surpreende, rápido, até mesmo uma promessa macunaímica de pândega, quando, malicioso, se lembra de que “banho de rio dá sempre sensação de pagode”. Não foi outro o motivo, senão o dessa “alegria mag-

nífica”, que o fez pedir ao seu querido Manu, meses depois: “Me mande uma cópia daquelas fotos que você tirou no passeio de lancha pelo Capibaribe”. Como resposta triste, sinal simbólico de uma relação intelectual que não prosperaria e, antes, estaria condenada à morte, um desalentado Bandeira diria: “Infelizmente as fotografias do Capibaribe não prestaram. Nem guardei as únicas cópias que se tiraram” (27).

Se for imprudência tomar aquela percepção antagônica do Capibaribe como índice metafórico da divergência esporádica entre Mário e Gilberto, podemos, então, enveredar pelo documento disponível, onde esse confronto fica mais palpável e mais convidativo à discussão, sempre em termos de disputa intelectual, muito pouco em termos de quizília pessoal que, todavia, não falta e até assume ares engraçados.

Ao percorrer as várias páginas do “diário de adolescência” de Gilberto, memórias que exigem atenção redobrada, é possível isolar, aqui e ali, anotações que demonstram a reserva do memorialista quanto às novidades intelectuais que transbordavam do Rio e de São Paulo. Mal desembarcara no Recife, sobrecarregado de leituras, museus, bibliotecas, pesquisas e contactos com os importantes centros de produção de cultura norte-americanos e europeus, o jovem pernambucano mostra-se reticente diante dos modernistas, alguns dos quais já lhe eram conhecidos por nome; outros, por indicação de Zé Lins.

Nesse novo aprendizado, retomando o contacto com a terra, apalpando o terreno e farejando o ambiente, o recém-chegado trava relações com o romancista do “ciclo da cana de açúcar”, que o coloca a par das novidades literárias e que nos conta:

“Em 1923 havia ele chegado da Europa. E andava em verdadeiras núpcias com a terra, após quase 6 anos de ausência. Todo o Brasil lhe aparecia numa festa de luz, de cor, num deslumbramento. Os seus primeiros artigos eram como cartas de cronista saltando de caravelas. Mas um cronista lúcido, de lucidez de quem via tudo criticando, sentindo valores, verificando erros” (28).

25 Jean Chevalier & Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des Symboles*, Paris, Robert Laffont/Jupiter, 1982.

26 Gilberto Freyre, *Tempo Morto e Outros Tempos*. Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975, pp. 125-6.

27 O pedido de Mário vem em bilhete de março de 1929; a resposta de Bandeira em outro, de 15 de março de 1929. Ambos estão na dissertação de Marcos Antonio Moraes (vol. 2, p. 167).

28 José Lins do Rego, “Notas sobre Gilberto Freyre”, prefácio a *Região e Tradição* de G. Freyre (Rio de Janeiro, J. Olympio, 1941, p. 9). Mais tarde recolhido em *Gordas e Magros* (Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1943) e em *Dias Idos e Vividos* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981).

Devagarinho, Gilberto vai aproximando-se da terra nova, sem embarcar na propaganda modernista de São Paulo, no entanto. Aos poucos, ressabiado, vai deixando anotações em que mostra prudência, discriminação, autocontrole, talvez porque estivesse nauseado com o tanto de modernidade e modernices que pudera presenciar nos grandes centros urbanos lá de fora, talvez porque desconfiasse dos/das picaretas imp(r)udentes que ameaçavam sua Recife, com a desculpa de uma reforma urbana, mais preocupada com a aparência e a maquiagem que com o provimento e a adequação infra-estrutural da cidade.

Por outro lado, se o foco prioritário da reivindicação paulista eram as artes e a literatura, no caso pernambucano, depois de leitura extensa e salvo melhor juízo, ficasse com a impressão de que o cerne do problema era muito mais a renovação metodológica das ciências humanas, ainda pejadas de positivismo residual e que começavam a trocar Comte por Marx, como murmura ele em seu diário: “No estrangeiro Freud é mais do que Marx, que começa a ser falado em certos meios brasileiros, de onde está desaparecendo o velho e extremo apreço por Augusto Comte” (29). E, no bojo dessa mudança epistemológica, a recuperação sistemática e holística da informação local (30), dentro da qual a literatura e as artes seriam componentes a disputar espaço, em pé de igualdade, com os dados de origem antropológica, sociológica, histórica, geográfica, ecológica, etc. O que, aliás, já se entrevê na variedade de assuntos presentes no *Livro do Nordeste*, coletânea de ensaios que Gilberto organizou, em 1925, a pedido do *Jornal do Comércio* de Pernambuco.

No entanto, cioso de sua atualização cosmopolita, sorvida de forma direta e simultânea com a intermediação livresca; de suas leituras literárias extensas; de seu acesso pessoal e de sua convivência com algumas das figuras representativas da poesia e da crítica norte-americana mais atual, como Amy Lowell e H. L. Mencken, por exemplo, Gilberto está atento a tudo aquilo que se passa ao sul do Recife. Seus “trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade”, se

confiáveis, são exemplo disso. Mal salta em terra, rodeia-se de admiradores e começa a estender sua atenção para o Rio e São Paulo, ansioso por ouvir pregações e exigências novas, como confessa já em 1923:

[...] temos que estar atentos ao que nos prometem os bons modernos do Rio e de São Paulo, que não fazendo do ‘modernismo’ seita, começam a escrever a língua portuguesa e a tratar de assuntos – inclusive os velhos ou de sempre – com uma nova atitude ou lhes dando um novo sabor: Bandeira, Ribeiro Couto, Drummond, Emílio Moura, Prudente, Sérgio, Oswald de Andrade. Mário de Andrade, Andrade Murici, Grieco. Alguns eu já conhecia desde a Europa. Noutros venho sendo iniciado por José Lins” (31).

A partir dessa entrada coletiva e triunfal dos modernistas (alguns, nem tanto...) do sul em suas memórias, Gilberto começa a deixar claras suas reservas quanto ao barulho que provocavam, natural em meio provinciano. E já nessa primeira anotação, mesmo reconhecendo a função renovadora desses modernistas, separa Mário dos demais: “Não consigo me entusiasmar por certas andradices de Mário”. Em seguida, o escorregão anacrônico que, vira-e-mexe, deixa tenso e arisco o leitor de seu diário: “Prefiro as andradices ‘modernistas’ do outro Andrade, embora ‘Noturno de Belo Horizonte’ – de Mário – me pareça um belo poema numa nova língua portuguesa” (32). A anotação é de 1923. “Noturno...” é poema de 1924 e saiu no *Clã do Jaboti*, que é de 1927.

As restrições prosseguem, insistindo sempre no “artificialismo” de Mário, que parece a Gilberto “*posticho* em muita coisa” (33). E culminam com a escolha de um Andrade em detrimento de outro, de maneira tal que se pode localizar nessa exclusão um dos germes da oposição enganosa que se criou entre Mário e Oswald:

“Todo meu empenho é fazer d’*A Província* um jornal diferente dos outros e fiel à sua condição de jornal de província. Autênti-

29 Gilberto Freyre, *Tempo Morto e Outros Tempos*, op. cit., p. 73.

30 Idem, *ibidem*, p. 222.

31 Idem, *ibidem*, p. 132.

32 Idem, *ibidem*.

33 Idem, *ibidem*, p. 207.

co. Honesto. Com colaboração de alguns dos melhores talentos modernos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Mário de Andrade não me interessa: de modo notável, está sendo um admirável renovador de artes e de letras brasileiras, mas é artificial em muita coisa. Artificial demais. Oswald de Andrade, também, embora bem mais inteligente e autêntico que Mário” (34).

A emulação e a disputa prosseguiriam por anos, com momentos cômicos, às vezes. Num deles, Mário chega a prever, de forma verossímil, a reação de seu rival a um pedido seu. Na preparação de *Macunaíma*, muito escolado talvez pelo espírito chistoso de seu personagem principal, Mário apela mais uma vez para o seu querido Manu, o elo permanente entre a Lopes Chaves e Apipucos:

“Olhe, pergunte como coisa de você, pro Gilberto se ele sabe o nome de alguma ren-deira célebre de Pernambuco ou do Nordeste qualquer. Se não for de Pernambuco ele que diga donde ela é. É pro *Macunaíma*. Não diga que é coisa minha senão ele é capaz de fazer perfídia e dar nome errado só pra ter o gosto de ler besteira” (35).

Da parte de Gilberto, porém, a preferência intelectual se consolidou em conferência de 1946, quase ano e meio depois da morte precoce de Mário. A convite do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP, Gilberto discutiu as similaridades entre o cubismo e o marxismo em conferência no Teatro Municipal, em 22 de junho. De raspão, logo no começo, o conferencista faz uma diferença entre *modernidade* e *modernismo*, atribuindo essencialidade e perenidade ao primeiro termo, em oposição à efemeridade e à circunstancialidade do segundo. Para Gilberto, a modernidade tem “um sentido de continuidade criadora” (36) que, dá-se como implícito, faltaria em Mário, muito satisfeito com seu “modernismo já meio oficial” (37).

Do ponto de vista do sociólogo, a modernidade estava em Oswald, movido por

seu inconformismo contínuo e inesgotável. “Oswald de Andrade”, explica Gilberto,

“foi, na verdade, dos que salvaram o sentido moderno do modernismo no Brasil; dos que cedo se dispuseram a salvar o movimento iniciado em São Paulo em 1922 de permanecer apenas seita modernista; dos que cedo se empenharam em salvá-lo de permanecer apenas literário ou estético; dos que cedo procuraram não só pela palavra como pela ação acrescentar-lhe sentido social e, dentro do sentido social, sentido político. É esse sentido político, o democrático” (38).

Por outro lado, a correspondência direta entre Gilberto e Mário foi modesta, quase nula, se levamos em conta a importância intelectual dos dois, seus círculos de relação pessoal e sua atuação profissional, enquanto líderes grupais interessados em leque abrangente de assuntos e dispostos à catequização cultural.

No catálogo da correspondência passiva de Mário de Andrade, recém-liberado pela equipe chefiada por Telê Porto Ancona Lopez do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), constam cerca de sete mil itens minuciosamente processados. Entre eles, apenas quatro assinados por Gilberto: dois com valor documental muito escasso e outros dois, de valor quase nenhum. Em um deles, o primeiro e mais significativo, o intelectual pernambucano pede:

“Permita que lhe faça um pedido: o de enviar a um amigo meu os seus trabalhos sobre música e folk-lore, que falam do africano e do mestiço brasileiro. O amigo é o Professor Melville J. Herskovits, Dept. of Sociology and Anthropology, Northwestern University, Evanston, Illinois. Como sabe, Herskovits é um dos maiores antropologistas modernos, com estudos especiais sobre o negro e o afro-brasileiro. Ele leu sua conferência sobre os congos no Boletim da Felipe d’Oliveira e achou ótima. O estudo do Aleijadinho deve ser também de grande interesse para ele” (39).

34 Idem, *ibidem*, pp. 233-4.

35 M. A. Moraes, *op. cit.*, vol. 2, p. 116. Carta de 5/jan./1928.

36 Gilberto Freyre, “Modernidade e Modernismo na Arte Política”, in *6 Conferências em Busca de um Leitor*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1965, p. 9.

37 Idem, *ibidem*, p. 8.

38 Idem, *ibidem*.

39 Item MA-C.CPL, nº 3091. Carta do Recife com data de 10/jul./1935.

No mesmo ano, meses depois, Gilberto apresenta Donald Pierson, colega da Universidade de Chicago:

“Permita que lhe apresente e recomende à sua atenção e simpatia o Prof. Donald Pierson, da Universidade de Chicago, que vem ao nosso país estudar aspectos [sic] do problema de relações de raça e de cultura e que me dá a impressão de um pesquisador consciencioso e digno da nossa cooperação” (40).

Os outros dois itens são inócuos: num deles Gilberto apresenta a Mário um poeta do Rio Grande do Norte, mas não lhe declina o nome, e o último é um simples cartão de visita, sem assinatura nenhuma (41).

Da parte de Mário, nenhuma carta, até onde a pesquisa pôde verificar nos arquivos da Fundação Gilberto Freyre em Apipucos, ainda em fase de sistematização e montagem. Nenhuma pasta acolhe cartas provenientes da Lopes Chaves. Nem mesmo as solenes e belíssimas estantes de madeira nobre que ainda abrigam os livros do voraz leitor que foi Gilberto guardam em seu interior exemplares diversos da bibliografia de Mário, onde eventual marginalia pudesse abrir pistas. Ah, como faz falta um *Macunaíma* anotado...

Em contrapartida, são preciosas algumas das anotações que Mário rabiscou nas margens dos livros de Gilberto, hoje todos catalogados e guardados no IEB-USP. Entre folhetos e livros da gilbertiana, abertos ou fechados, anotados ou não, estão disponíveis nas estantes de Mário: *Bahia de Todos os Santos e de Todos os Pecados* (1926); *Casa Grande & Senzala* (1933); *O Estudo das Ciências Sociais nas Universidades Americanas* (1934); *Artigos de Jornal* (1935); *Sobrados e Mucambos* (1936); *Nordeste* (1937); *Mucambos do Nordeste* (1937); *Açúcar* (1939); *O Mundo que o Português Criou* (1940); *Região e Tradição* (1941); *Atualidade de Euclides da Cunha* (1941); *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife* (1942); *Uma Cultura Ameaçada* (1942) e *Problemas Brasileiros de Antropologia* (1943).

Claro que a qualidade e a relevância das anotações dependem, sobretudo, da importância da obra, umas mais estimulantes que outras. Porque nem sempre são verbais as anotações. Muitas vezes, a surpresa do risco de lápis colorido, azul ou vermelho, mais confunde que esclarece, porque de difícil decifração hoje em dia. Outras vezes, um rígido risco preto, rente ao parágrafo, embatucava o leitor, que se pergunta se o antigo dono do livro teria mudado de lápis de propósito ou se, simplesmente, teria perdido o que estava à mão.

De qualquer forma, aos poucos, as anotações começam a se configurar diante do pesquisador curioso, se munido de paciência e disposto a restaurar o instante da leitura íntima. Por meio delas, juntando-as peça por peça, um texto virtual começa a brotar, áspero e sem freio, que ainda mistura o raciocínio com a reação emocional primeira, componente que, com certeza, será descartado ou arredondado se o texto vier a ganhar letra de forma pública.

E sobrevém, então, a tentativa da tipologia rápida dessas notas, em hierarquia que contivesse sua extensão e conteúdo. Desde as que são mero aditamento mnemônico até as que são deliberadamente críticas, passando pelas reativas.

As de aditamento mnemônico seriam aquelas que suscitam o comentário às vezes alusivo, mas sempre rápido, enxuto, sem nenhuma elaboração, simples chave para uma recuperação futura, se houver. Como exemplo, aquela que vem logo na primeira página de *Açúcar*, onde Mário aponta que, entre as tantas receitas do livro, “falta [sic] Manjar branco. Bons bocados. Beija-me depressa. Bem casados”. Ou, um outro exemplo de *Nordeste*, quando uma seca frase nominal – “!Cançoneta napolitana” – estrategicamente colocada ao lado dos versos de uma canção, sugere que a origem de “Oh, Maria, oh, Maria, / quantas noites por ti sem dormir / Oh, Maria, oh, Maria / em teus braços eu quero cair” pode ser européia. E mais um, de caráter rigorosamente subjetivo e involuntariamente cômico, junto a esta salivosa receita de “Doce de caju à moda de Pernambuco”, que ensina:

40 Item MA-C-CPL, nº 3092. Carta do Rio de Janeiro com data de 5/nov./1935.

41 Respectivamente: Item MA-C-CPL, nº 3093, datado do Recife em 10/jan./1944, e Item MA-C-CPL, nº 3094, sem data, sem origem.

“Escolhem-se cajus, que não estejam muito maduros, e que sejam sem mácula, e que devem ser descascados com uma casca de marisco, de modo que se tire toda a pele, e os talos, para que o doce não fique preto; piquem-se com um palito, extraindo-se metade do sumo; depois desta operação fervam-se em calda, e logo que tenham fervido, retire-se todo o doce do fogo e deixe-se repousar até o dia seguinte, a fim de ficar a fruta bem repassada da calda. Depois torna a voltar tudo ao fogo, para tomar o competente ponto. Retire-se, e guarde-se em vasilhas” (42).

Logo ao lado, tão seguro quanto o autor anônimo da receita, Mário adverte: “O do Rio Grande do Norte é melhor”. Outro exemplo ainda: diante das explicações de Gilberto sobre as diferenças entre o modernismo paulista/carioca e o movimento de “renovação intelectual e artística operada, desde 1923, no Nordeste do Brasil”, Mário fulmina: “Ele data a renovação da chegada dele. Êta, Graça Aranha!...” (43).

Por anotações reativas, deve-se entender aquelas que provocam comentário ligeiramente elaborado, passíveis de extensão futura. Quando Gilberto ensina, em *Açúcar*, que “o chá teve no Brasil as suas zonas alegres, em que foi o companheiro de bolos, de doces, de gulodice de açúcar servida à ceia pelas mulecas em pratos da China e da Índia e, ao mesmo tempo, as suas zonas tristes, onde até quase nossos dias não passou de remédios vendidos nas boticas para os incômodos dos velhos e para as doenças dos meninos e das senhoras”, Mário junta depressa: “V. o artigo sobre o chá numa revista portuguesa ou na R. do Brasil. Aqui no sul o café. ‘Venham tomar café’ o que significava tomar qualquer bebida, até comer coalhada, ou o bom prato de leite com farinha” (44). Frente à vinculação necessária entre requinte culinário e fartura de mão-de-obra escrava, sem o quê, comenta Gilberto, “não se explica o desenvolvimento, no Brasil, de uma arte de doce, de uma técnica de confeitaria, de uma estética de mesa, de sobre-mesa e de tabuleiro tão cheias de complica-

ções e até de sutilezas”, Mário, sem se estender, minimiza e lembra que “a cozinha francesa, a chinesa [e] certos pratos russos são mais exigentes (45).

Tais comentários ganham vulto e importância, no entanto, quando assumem caráter nitidamente crítico, alongando-se em considerações que exigem fluência redacional, concatenação de idéias, raciocínio causal, contenção de subjetividade e um mínimo de coesão textual interna da qual possa se desdobrar, mais tarde e se for o caso, um texto articulado em torno de um ou mais pontos críticos. Embrião, enfim, de algo mais duradouro que a efemeridade de uma marginália delével.

Encaixa-se bem nessa descrição o comentário geral sobre *Casa Grande & Senzala* que Mário deixou nas últimas páginas de sua primeira edição. Comentário longo que finaliza uma leitura atenta, na ponta do lápis, em que não faltaram correções de erros tipográficos evidentes, rabiscos gráficos indecifráveis, intervenções mnemônicas, acréscimos reativos, aplausos, mas também um rosário insistente de recriminações a três aspectos metodológicos que, a seu ver, comprometiam a obra: repetição excessiva, contradições freqüentes e, o mais importante, falta de método.

Econômica no elogio, a leitura de Mário reconhece poucas passagens a merecerem avaliação positiva, sendo que a mais vistosa delas é o momento inicial em que Gilberto contrapõe o escasso préstimo dos grandes rios brasileiros, favoráveis a aventuras de grande porte, à utilidade regular dos menores, esses sim, essenciais ao comércio cotidiano. Nessa passagem, Gilberto explica que “grandes foram por excelência os rios do bandeirante e do missionário, que os subiam vencendo dificuldades de quedas de água e de curso irregular; os outros, os do senhor de engenho, do fazendeiro, do escravo, do comércio de produtos da terra. Aqueles dispersaram o colonizador; os rios menores fixaram-no tornando possível a sedentariedade rural”. Ao lado, Mário acrescenta: “Muito bem. Toda esta parte sobre os rios é ótima” (46).

De resto, a insistência na repetição:

42 Na edição de *Açúcar* (Rio de Janeiro, J. Olympio, 1939) que pertenceu a Mário, a receita está na p. 151. Na edição de que a transcrevo (3ª ed. ver. e aum., Recife, Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana, 1987), ela está na p. 137.

43 Gilberto Freyre, *Região e Tradição*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1941, p. 28.

44 Idem, *Açúcar*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1939, p. 22. Na edição de 1987, p. 58.

45 Idem, *ibidem*, p. 18. Na edição de 1987, pp. 55-7.

46 Idem, *Casa Grande & Senzala*, Rio de Janeiro, Maia & Schmidt Ltda., 1933. Para as transcrições aqui utilizadas, utilizei a 20ª edição (Rio de Janeiro, J. Olympio, 1980), comemorativa do octogésimo aniversário de G. Freyre. Na 1ª ed., a passagem está na p. 37; na 20ª edição, na p. 26.

“Repetição do parágrafo anterior” (p. 43) (47); “Quanta repetição. Bastava [sic] 3 ou 4 citas e afirmações essenciais” (p. 62); “Repete até expressões como esta de que gosta” (p. 90); “Tanta repetição” (p. 246); “Volta a repisar um assunto já deixado duas vezes pra trás...” (p. 277); “3ª vez!” (p. 280); “Mas o autor já falou no assunto, agora repisa e promete repisar!” (p. 345).

Ou naquilo que é visto como contradição e até mesmo dispersão: “Há uma tal ou qual contradição nisto tudo. O A. afirma que os índios eram mais libidinosos que os negros e se esforça em provar que não eram luxuosos” (p. 105); “Mas então o povo da era das conquistas já se deve considerar um mal alimentado. Em toda esta parte sobre alimentação em Portugal vaga uma vaga contradição. Parte escrita muito apressadamente, alinhavando documentação não só contraditória mas pulando de seculo a seculo sem metodo nem critica” (p. 264); “Há muita dispersão também. Muita fuga ao assunto. E um erotismo mal disfarçado do A. que gosta de repisar o assunto da luxuria. Desequilíbrio”. (p. 386).

Aliás, nessa censura ao “erotismo mal disfarçado”, Mário não estava sozinho. Foi uma das que mais pesaram na recepção ainda assustada com aquela história bisbilhoiteira que empurrava o sexo, ainda acanhado, para o centro da sala de nossa antropologia social. Que o digam os padres encabulados de então ou esta outra anotação, escondida na edição de Yan de Almeida Prado, também profusamente carregada de extensas notas informais, de acato ou discordância. Nas páginas finais do exemplar hoje também depositado no IEB-USP, lê-se:

“Falta a este livro método. Pisa e repisa o mesmo assunto, alardeando erudição por vezes desnecessária. Falta-lhe também uma boa revisão. Contradições, generalizações perigosas ou ridículas, suposições absurdas, repetem-se deploravelmente. Ao mesmo tempo, Gilberto revela-se o único historiador e sociólogo brasileiro com um pouco mais de envergadura do que simples compilador, ou rato de arquivo. Falta também um pouco, pelo menos um pouco, do

homem da Casa-Grande na política e nos destinos do país, na sociedade e na cultura, afim [sic] de minorar *um pouco* a impressão de crapulismo que o livro dá. Gilberto devia ter subido ao salão depois de se ter demorado, talvez demais, no W. C. À pág. 304 ele diz que não interessa ao ensaio o lado econômico no entanto a ele faz referências. Por que então não tocar no político-social? Supoz que estragaria o efeito do escândalo da descrição do W. C.?” (48).

Contradição, repetição, falta de método, são estas as cobranças mais constantes e mais duras, que fariam de *Casa Grande & Senzala* um monumento movediço.

“Livro muito sem método” (p. 13), resmungara Mário, já numa das primeiras páginas de seu exemplar de trabalho. “Quanta repetição! O livro talvez só não seja monumental pela falta de método. Reduzido e metodizado dá um monumento” (p. 133), lamenta, mais adiante, bem antes da longa estocada final.

Certo de que, em si, a imagem de “monumento” seria adequada, mas incerto quanto à sua atribuição, Mário deixa uma inscrição enigmática, funcionando como pisca-pisca, logo na entrada do seu exemplar de *Casa Grande & Senzala*, antes mesmo da folha de rosto: “em areia incerta uma catedral disforme... (‘Paulística’ p. VI)”.

Paulística é de Paulo Prado e saiu em 1925.

Convencido de que precisava abandonar a imaginação européia e voltar-se para o seu país, ainda muito carente de monografias regionais, Paulo Prado aventura-se na tarefa de coletar informações históricas sobre São Paulo, deixando claro que pretendia escrever um “livro de estudos regionais” (49), ao qual não faltasse a “harmonia dos dois métodos”, isto é, o da “documentação livresca” submetido à “subjetividade do historiador” (50).

Preparação visível para um salto mais ambicioso a ser tentado com *Retrato do Brasil*, que é de 1928, *Paulística* concilia a informação das fontes primárias com o esmero estilístico, carregando, por acréscimo, algumas pitadas da descrição fanta-

47 O número dessas páginas refere-se à primeira edição, utilizada por Mário de Andrade.

48 O exemplar da primeira edição de *Casa Grande & Senzala* que pertenceu a Yan de Almeida Prado é parte de um dos acervos fundantes do IEB-USP. Na transcrição acima, retirada da p. 518, o grifo é do A.

Além da feita anotação que o valoriza, esse exemplar ainda conta com a peculiaridade de ter sido enriquecido com comentários manuscritos de Heitor Lyra, segundo se lê na p. 57, em caligrafia de Yan de Almeida Prado: “As notas de caligrafia diferente são de Heitor Lyra”.

49 Paulo Prado, *Provincia & Nação. Paulística – Retrato do Brasil*, pref. de Geraldo Ferraz, Rio de Janeiro/São Paulo, J. Olympio/Secretaria de Estado de Cultura, 1972, p. 3.

50 Idem, *ibidem*, p. 13.

siosa que pretende o épico. Sobre o longo arco compreendido entre o Caminho do Mar, ponto zero do território paulista, e sua porção mais ocidental, ocupado pelo café, desdobra-se Paulo Prado, em tentativa indisfarçável de apreender o *ethos* do seu estado e de recortar-lhe a especificidade histórica, ainda que sob o risco de ser tachado de regionalista. “Regionalismo”, lembra ele no prefácio à segunda edição, “é hoje uma palavra suspeita, pelo seu ressai-bo de separatismo” (51).

Pois é no prefácio à segunda edição de 1934 que aparece a metáfora “em areia incerta uma catedral disforme”. Nessa passagem, Paulo Prado está explicando que Capistrano de Abreu, seu mestre e amigo, recusa a tarefa de escrever uma História do Brasil, porque julgou lhe faltassem dados e pormenores de uma micro-história que desse conta de parcelas do território brasileiro. “Seja qual for o processo da indagação histórica – idealismo ou materialismo – não se pode, entre nós, compreender a História do Brasil sem conhecer a História de São Paulo, assim como a da Bahia, ou de Pernambuco, ou de Minas. Foi diante dessa tarefa gigantesca”, justifica-se Paulo Prado, “que recuou a honestidade intelectual de Capistrano; preferiu ser o operário minucioso e incansável a erigir em areia incerta uma catedral disforme” (52).

Claro que não se pode tomar, de modo categórico, o recorte da frase e sua localização na entrada do exemplar de *Casa Grande & Senzala*, como a opinião definitiva de Mário de Andrade sobre a obra inaugural de Gilberto Freyre. Sua marca de privacidade, bem como o imediatismo da reação à leitura, passível de alteração futura, aconselham prudência. Mas, por outro lado, a menos que se queira fingir de avestruz, também não se pode deixar de ler nesse recorte uma espécie de epígrafe geral à obra. Permitem a interpretação dessa citação como síntese as anotações posteriores, longas ou breves, bem como o ácido balanço final, escondido entre os capítulos quatro e cinco:

“Todo êste capítulo e o livro são uma mística e adorada defesa do negro. Isso é que

não tem dúvida, que o A. defende *apaixonadamente* o negro. Nada tenho contra o negro nem sou dos que o acusam de ‘raça inferior’. Pra mim, assim como não tem civilizações superiores nem inferiores mas *diferentes*, não tem raças inferiores mas com capacidades diferentes, devidas a uma quantidade enorme de fatores, entre os quais convem não esquecer fatores fisiológicos próprios, peculiares e porventura inalienáveis. Bom, mas o interessante é ver que o A. na verdade não provou nada. Primeiro: a distinção sutil e aliás justa entre o negro e o escravo não prova que o negro tenha capacidades idênticas às do branco, e sim que o escravo negro do Brasil chegou a uma degradação enorme. E aí o A. sem querer forçou excessivamente as cores, fazendo do ‘escravo-família’ o ser mais nojento, mais degradado, mais safado, mais vil, mais sem-vergonha e passivo que é possível se imaginar. E pra isso êle exagera também o sinhô-branco fazendo dêste um fauno, um tirano etc. Aliás entre contradições subtis sempre porquê ora afirma que fomos de relativa brandura com os escravos, ora mostra a atitude ativa e até conscientemente ativa do escravo. Ora pra provar, no sentido do A. que o negro é igual ao branco, o que careceria é provar que ele não se degradou tanto como escravo. O fato dele resistir degradado e do índio escravo desaparecer na degradação (que não foi até tamanha como a do negro) só prova superioridade do índio sobre o negro, o que também não me parece ser a verdade. Inda mais, se me parece também que a escravidão é de efeitos degradantes, sempre convem notar que nem todos os povos ficados escravos se degradaram tanto como o negro. Assim é típico o caso dos Hebreus no Egito. E os indianos escravos dos indianos, nas castas. Além disso o negro já livre do Brasil e que em suma permanece o mesmo – o que aliás prova que não era tamanha a degradação do escravo negro como o A. a descreve. Bem, mas mesmo aceita a distinção entre negro e o escravo, o A. se derama liricamente em exaltar aquele, sem avançar uma prova a mais das que deram os defensores do negro. Prova aliás que nada

51 Idem, *ibidem*, p. 10.

52 Idem, *ibidem*, p. 3.

de definitivo provaram. Careceria dar provas e o A. não faz – o que alias fa-lo-ia sair do assunto. Mas a culpa não é minha no exigir isso, é do A. que fez tão vigorosa polêmica na defesa do negro. Mas defendeu e não provou nada” (53).

Mas que método era esse que se cobrava tanto?

Ou, por outro lado, como compreender tanta cobrança de purismo metodológico em tempos que timbravam por ser inventivos, criativos, renovadores, que “impunham a criação de um espírito novo e exigiam a reavaliação e mesmo a remodelação da Inteligência nacional”, segundo pregação do próprio Mário, em seu balanço de abril de 1942? (54). Ao embaralhar, de forma ruidosa, uma cópia de documentação que não se dobrava, forçosamente, à solenidade e ao empertigamento dos arquivos oficiais, não estaria Gilberto bastante próximo daquele espírito que orquestrou, em outra sala, a “orgia intelectual [da] história artística do país” (55), aquela mesma orgia que Mário consignou com gozo, nesse mesmo balanço? Ao privilegiar as metáforas de impacto e as metonímias machadianas e certeiras, não incide Gilberto no culto da imagem tão reivindicado por Mário em seu “Prefácio Interessantíssimo”? Ao imiscuir-se de modo tão desabrido nos recôncavos de nossa formação doméstica, não estaria o sociólogo pernambucano se afastando bastante da “ordem dos colegiais infantis” e se aproximando, com desenvoltura renovadora, daquela “ordem, inda mais alta, [que existe] na fúria desencadeada dos elementos?” (56).

Na sua profissão de fé poética, Mário exige descondicionalidade estética gene-

ralizado, alerta para o perigo da ordem única e universal, não condena a tradição, mas questiona o princípio da causalidade, preferindo o da casualidade como mais enriquecedor:

“Quem leciona História do Brasil
[obedecerá a
uma ordem que, certo, não consiste em
[estudar
a guerra do Paraguai antes do ilustre
[acaso de
Pedro Álvares. Quem canta seu
[subconsciente
seguirá a ordem imprevista das comoções,
[das
associações de imagens, dos contatos
[exteriores.
Acontece que o tema às vezes
[descaminha” (57).

Ao dar de ombros para a ortodoxia metodológica e torcer o nariz para o consagrado, Gilberto entrelaçava o causal com o casual, embaralhava a linguagem referencial com a poética e mostrava claro apreço pelo descaminho, guiado pela “ordem imprevista das comoções”, onde a memória pessoal não recua, atemorizada pela objetividade enganosa. Que o diga, por exemplo, a multiplicidade de assuntos que abordou em suas crônicas de juventude, vindas dos Estados Unidos e da Europa, quando absorvia, encantado e emocionado, o mundo muito além do Capibaribe; que o diga, outro exemplo, sua concepção precoce do artefato verbal, reforçada pela convivência prematura com a poesia nova dos imagistas e não de todo isenta de premonição: “Escrever é brincar com palavras como o domador brinca com as feras” (58).

53 Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, Rio de Janeiro, Maia & Schmidt Ltda., 1933, p. 437.

54 Mário de Andrade, “O Movimento Modernista”, in *Aspectos da Literatura Brasileira*, São Paulo, Martins, s. d., p. 231.

55 Idem, *ibidem*, p. 238.

56 Versos de “Prefácio Interessantíssimo” de Mário de Andrade. Edição de suas *Poesias Completas*, organizada por Diléa Zanotto Manfio, Belo Horizonte, Villa Rica, 1993, p. 66.

57 Idem, *ibidem*, pp. 66-7.

58 Gilberto Freyre, *Tempo de Aprendiz*, artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926), pref. de Nilo Pereira, introd. do A., notas de J. Antonio Gonsalves de Mello, São Paulo-Brasília, Ibrasa/INL, 1979, vol. I, p. 80. Esta crônica é de 1920.